

POSICIONAMENTO DO 5º LABORATÓRIO LUPPA

SISTEMAS ALIMENTARES COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS AGENDAS DE CLIMA, BIODIVERSIDADE E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

O mundo enfrenta uma convergência sem precedentes entre três grandes crises socioambientais: a mudança do clima, a perda acelerada da biodiversidade e a degradação dos ecossistemas e dos solos. Embora reconhecidas internacionalmente por meio de marcos e compromissos específicos, essas crises compartilham causas estruturais comuns e produzem impactos interdependentes sobre os territórios, as economias e a qualidade de vida das populações.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente que respostas fragmentadas são insuficientes para enfrentar desafios sistêmicos. A implementação dos compromissos assumidos no âmbito das convenções internacionais demanda abordagens integradas capazes de promover simultaneamente a conservação da biodiversidade, a adaptação e mitigação climática, a restauração dos ecossistemas e a segurança alimentar e nutricional.

Os sistemas alimentares ocupam posição central nessa agenda. Eles conectam diretamente produção, abastecimento, comercialização, consumo e gestão de resíduos aos processos ecológicos que sustentam a vida. Ao mesmo tempo, constituem uma das principais interfaces entre desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Construído no âmbito do 5º Laboratório LUPPA, este documento apresenta recomendações para fortalecer a integração entre as agendas de clima, biodiversidade e combate à desertificação, reconhecendo os sistemas alimentares como um dos principais caminhos para promover uma transição justa, resiliente e baseada nas necessidades e potencialidades dos territórios.

1. Sistemas Alimentares como Eixo Estruturante das Agendas Internacionais

Os sistemas alimentares influenciam diretamente a conservação da biodiversidade, a qualidade dos solos, a disponibilidade hídrica, a saúde humana e a capacidade de adaptação dos territórios frente aos impactos climáticos. Apesar dessa centralidade, ainda permanecem sub-representados em muitos processos de planejamento, implementação e monitoramento das agendas globais.

Reconhecer os sistemas alimentares como eixo transversal das agendas de clima, biodiversidade e combate à desertificação significa criar condições para que políticas públicas, investimentos e mecanismos de cooperação internacional sejam capazes de gerar benefícios simultâneos para múltiplos objetivos.

A transformação dos sistemas alimentares oferece uma oportunidade única para conectar adaptação climática, restauração de ecossistemas, conservação da biodiversidade, geração de renda e promoção da segurança alimentar e nutricional, fortalecendo a efetividade dos compromissos internacionais e ampliando seus impactos positivos.

REALIZAÇÃO



COREALIZAÇÃO



POSICIONAMENTO DO 5º LABORATÓRIO LUPPA

SISTEMAS ALIMENTARES COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS AGENDAS DE CLIMA, BIODIVERSIDADE E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Recomendações:

- Reconhecer formalmente os sistemas alimentares como tema transversal das agendas internacionais de clima, biodiversidade e combate à desertificação
- Integrar metas e ações relacionadas aos sistemas alimentares nos instrumentos nacionais de implementação dos compromissos internacionais;
- Promover abordagens sistêmicas que articulem produção, abastecimento, consumo, nutrição, redução de perdas e desperdícios, gestão de resíduos, uso sustentável dos recursos naturais e justiça social;
- Incorporar indicadores específicos sobre sistemas alimentares nos mecanismos de monitoramento e relatórios sistematizados referente às três convenções.

2. Governos Locais como Protagonistas da Transformação Territorial

A transformação dos sistemas alimentares ocorre sobretudo, nos territórios. É nas cidades e regiões que políticas relacionadas ao abastecimento alimentar, compras públicas, planejamento urbano, alimentar, gestão de resíduos e adaptação climática se encontram e se materializam. Os governos locais desempenham um papel estratégico na implementação de compromissos globais, transformando diretrizes e metas internacionais em ações reais que respondem à realidade dos territórios. Sua proximidade com os cidadãos e sua capacidade de coordenação intersetorial os tornam atores estratégicos na construção de soluções integradas para os desafios climáticos, ambientais e sociais. Entretanto, a capacidade dos municípios de liderar processos transformadores ainda é limitada por restrições financeiras, institucionais e de participação nos processos decisórios internacionais.

Recomendações:

- Reconhecer os governos locais como parceiros estratégicos na implementação das agendas globais relacionadas aos sistemas alimentares.
- Fortalecer mecanismos de governança multinível que promovam maior articulação entre governos nacionais, subnacionais e municipais.
- Ampliar o acesso dos municípios a financiamento climático, ambiental e de desenvolvimento sustentável.
- Estimular redes de cooperação e intercâmbio entre cidades para disseminação de soluções inovadoras voltadas aos sistemas alimentares sustentáveis.

3. Diversidade Alimentar e Sociobiodiversidade como Fundamentos da Resiliência

A diversidade alimentar é um dos pilares da resiliência dos sistemas alimentares. A valorização de espécies nativas, variedades tradicionais e alimentos associados à sociobiodiversidade fortalece a adaptação às mudanças climáticas, amplia a segurança alimentar e contribui para a conservação dos ecossistemas.

No entanto, em contraste, há a crescente homogeneização dos sistemas produtivos e das dietas que reduz a diversidade biológica, aumenta vulnerabilidades ecológicas e ameaça povos e conhecimentos tradicionais acumulados ao longo de gerações.

REALIZAÇÃO

COREALIZAÇÃO

POSICIONAMENTO DO 5º LABORATÓRIO LUPPA

SISTEMAS ALIMENTARES COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS AGENDAS DE CLIMA, BIODIVERSIDADE E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Promover a diversidade alimentar não é apenas uma estratégia de conservação; trata-se de uma política de desenvolvimento territorial, inclusão produtiva e fortalecimento da soberania alimentar.

Recomendações:

- Ampliar a presença de alimentos da sociobiodiversidade em programas públicos de alimentação.
- Incorporar critérios de diversidade alimentar nas políticas de compras públicas.
- Fortalecer mercados territoriais, feiras livres e circuitos curtos de comercialização.
- Apoiar cadeias produtivas associadas à sociobiodiversidade e aos conhecimentos tradicionais

4. Justiça Climática e Equidade como Condições para a Transformação

Os impactos da crise climática, da perda de biodiversidade e da degradação da terra recaem de forma desproporcional sobre populações historicamente vulnerabilizadas. Ao mesmo tempo, são esses grupos que frequentemente desempenham papel fundamental na conservação dos ecossistemas e na construção de sistemas alimentares resilientes.

Uma transformação efetiva dos sistemas alimentares exige enfrentar desigualdades estruturais, ampliar o acesso a recursos e garantir participação social significativa nos espaços de tomada de decisão.

Justiça climática e equidade não devem ser compreendidas apenas como princípios éticos, mas como condições indispensáveis para a efetividade das políticas públicas e dos compromissos internacionais.

Recomendações:

- Priorizar mecanismos de financiamento voltados a mulheres, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.
- Garantir participação efetiva desses grupos nos processos de formulação e implementação de políticas.
- Valorizar conhecimentos tradicionais e ancestrais como componentes estratégicos das soluções climáticas e ambientais.
- Fortalecer programas públicos que articulem inclusão produtiva, segurança alimentar e conservação da biodiversidade.

A agroecologia representa uma das abordagens mais completas para responder simultaneamente aos desafios climáticos, ambientais e sociais contemporâneos. Ao promover sistemas produtivos diversificados, regenerativos e territorialmente adaptados, contribui para a produção sustentável de alimentos, a conservação da biodiversidade, a recuperação dos solos e a resiliência climática.

Além de seus benefícios ambientais, a agroecologia fortalece economias locais, valoriza conhecimentos tradicionais e reduz a dependência de insumos externos, ampliando a autonomia dos produtores e a sustentabilidade dos territórios.

REALIZAÇÃO

COREALIZAÇÃO

POSICIONAMENTO DO 5º LABORATÓRIO LUPPA

SISTEMAS ALIMENTARES COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS AGENDAS DE CLIMA, BIODIVERSIDADE E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

5. Agroecologia como Estratégia Integrada para as Três Convenções

Por sua capacidade de gerar múltiplos benefícios, a agroecologia deve ocupar posição central nos mecanismos de implementação, financiamento e cooperação associados às agendas internacionais.

Recomendações:

- Incorporar explicitamente a agroecologia nos planos e compromissos nacionais relacionados ao clima, à biodiversidade e à restauração dos solos.
- Ampliar a elegibilidade de iniciativas agroecológicas em fundos climáticos, mecanismos de financiamento para biodiversidade e programas voltados à restauração de ecossistemas.
- Fortalecer programas de assistência técnica e extensão rural voltados à transição agroecológica.
- Expandir sistemas agroflorestais e outras práticas regenerativas capazes de integrar produção, conservação e restauração.

Considerações Finais

A convergência entre as crises climática, da biodiversidade e da degradação da terra exige uma mudança de paradigma nas políticas públicas e nos processos de cooperação internacional. Os sistemas alimentares constituem um dos espaços mais estratégicos para promover essa transformação, conectando objetivos ambientais, sociais e econômicos em uma agenda comum.

Os debates realizados no âmbito do 5º Laboratório imersivo do LUPPA reafirmam que não será possível alcançar os objetivos globais de desenvolvimento sustentável sem uma profunda transformação dos sistemas alimentares. Essa transformação deve estar fundamentada na diversidade, na justiça, na valorização dos territórios, no fortalecimento dos governos locais e na promoção da agroecologia.

Conclamamos governos, organismos internacionais, instituições financeiras, setor privado, academia e sociedade civil a reconhecerem os sistemas alimentares como eixo estruturante das agendas de clima, biodiversidade e combate à desertificação. Investir nessa agenda significa investir simultaneamente na resiliência dos territórios, na proteção da biodiversidade, na adaptação climática, na restauração dos ecossistemas e na garantia do direito humano à alimentação adequada. O momento exige ambição, cooperação e ação coordenada. A transformação dos sistemas alimentares deve ocupar lugar central nas decisões que moldarão o futuro das pessoas e do planeta.

REALIZAÇÃO

COREALIZAÇÃO